



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS

REQUERIMENTO Nº _____, DE 2017

(do Sr. Paulão)

Requer a realização de audiência pública para debater a situação e perspectivas para o efetivo exercício do direito humano à comunicação e expressão no país, ameaçado em casos de violência, censura e perseguição a jornalistas no exercício da profissão.

Sr. Presidente,

Requeiro a realização, pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias, de audiência pública para debater a situação e perspectivas para o efetivo exercício do direito humano à comunicação e expressão no país, ameaçado em casos de violência, censura e perseguição a jornalistas no exercício da profissão.

Justificativa

Dados apresentados por instituições representativas de jornalistas e de empresários do setor de comunicação demonstram que restrições à liberdade de expressão e de comunicação constituem uma realidade no Brasil. Segundo a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), apenas em 2015 oito jornalistas foram assassinados, 64 agredidos e houve 44 casos de ataques, seja por meio de ameaças, intimidações, ofensas e vandalismo.

Os números de 2016 apresentados pela Abert são igualmente preocupantes. Se por um lado os homicídios caíram de oito para dois, as agressões subiram para 205 casos, o que coloca o Brasil como o quinto país no mundo com mais ataques a jornalistas, à frente de países em guerra civil, como o Iêmen.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Já a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) acrescenta, em seu relatório anual, que 2016 foi um ano marcado pela “violência simbólica, com censuras, desvirtuamento da realidade dos fatos, meias-verdades e mentiras: tudo aquilo

que o Jornalismo não é. Nesses casos, os jornalistas foram duplamente agredidos pois foram submetidos à lei do silêncio”.

Muitas vezes o jornalista é alvo de ato de violência em que o agressor ataca o repórter não por discordar dele, mas por repudiar posições do veículo para o qual trabalha.

Restrições à liberdade de expressão e de comunicação por parte de membros do poder Judiciário também tem se tornado frequentes. Decisões judiciais que extrapolam os limites da legalidade, como em Alagoas onde um magistrado proibiu jornalistas de mencionarem o nome de um parlamentar.

O direito internacional dos direitos humanos contempla o acesso à liberdade de expressão e de comunicação. A Declaração Universal dos Direitos Humanos dedica seu artigo 19 ao tema. A ONU, por meio da Unesco, editou em 1975 o Relatório McBride "Um mundo, muitas vozes", documento com diretrizes que passou a simbolizar o reconhecimento pela comunidade internacional da comunicação social como um direito humano.

Sala das Comissões, 19 de abril de 2017.

Deputado PAULÃO (PT-AL)